

34 Criação & Crítica

ROUDINESCO, ELISABETH. O EU SOBERANO: ENSAIO SOBRE AS DERIVAS IDENTITÁRIAS. TRADUÇÃO: ELIANA AGUIAR. 1ª ED. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2022.

Caroline Rodrigues Menezes¹

Publicado na França em março de 2021, *Soi-même comme un roi: essai sur les dérives identitaires* chega ao Brasil, traduzido para o português como “O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias”, novo livro de Elisabeth Roudinesco. Historiadora e psicanalista francesa, biógrafa de Sigmund Freud e Jacques Lacan, a professora da Universidade de Paris-VII é autora de vasta obra, traduzida em mais de 30 línguas, dentre ela o “Dicionário de Psicanálise”, escrito com Michel Plon, também publicado no Brasil pela editora Zahar.

Eu que escrevo, quem sou? É pergunta que vem sendo lançada por algumas tendências pós-coloniais ou decoloniais também na literatura brasileira, negando a possibilidade de compreensão daquilo que não seja o Eu. Se partimos de tal questionamento, a leitura de Elisabeth Roudinesco, mulher branca francesa, torna-se, de partida, enviesada, marcada pelo colonialismo intrínseco aos europeus, impossibilitando férteis debates que poderiam surgir da leitura das 304 páginas em que discorre, com ampla base bibliográfica, sobre gênero, raça, pós-colonialidades, interseccionalidade e movimentos identitários de esquerda e direita.

As pessoas exibem seus sofrimentos, denunciam as ofensas, dão livre curso a seus afetos, como marcadores identitários que exprimem um desejo de visibilidade, seja para afirmar sua indignação, seja para serem reconhecidas. As artes e as letras não escapam ao fenômeno, pois a literatura nunca esteve tão preocupada com o ‘vivido’ quanto hoje (p. 09)

A identidade como pertencimento, como enraizamento, opõe-se a identidade enquanto múltipla, consciente e inconsciente, “sempre ‘outra’ sendo si mesma -, independente das contingências do corpo biológico ou do território de origem” (p. 10), incluindo o estrangeiro. Autoafirmar-se, buscar pelas próprias raízes, seriam características de um eu como um soberano e não como um outro (daí o título da obra, em oposição a *Soi-même comme un autre*, de Paul Ricoeur). Construir um “Eu sou, isso é tudo” (p. 12) sem transformar o universal ou a diferença em essência é o “significado profundo” (p.12) do livro: “Nem muito perto, nem muito longe’, como dizia Claude Lévi-Strauss” (p.12).

No primeiro capítulo, “A designação identitária”, Roudinesco aborda formas modernas de designações que “reduzem o ser humano a uma experiência específica”

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília - PPGDH-UnB. (menezescaroline@gmail.com)

34 Criação & Crítica

(p. 11). Citando o padre Sélím Abou, reitor da Universidade Saint Joseph, autor do livro “Direitos humanos e relatividade cultural”, sustenta que por mais que a afirmação identitária apresente-se como uma tentativa de combater a opressão de minorias, “ela atua por meio do excesso da reivindicação de si, quiçá por um desejo louco de não se misturar mais com nenhuma outra comunidade exceto a sua” (p. 20), num processo redutivo, reconstruindo aquilo de pretendia desfazer. Enfraquecendo o ideal coletivo, a cultura identitária assume progressivamente uma cultura do narcisismo, introduzindo procedimentos do pensamento na vida subjetiva, sexual, social, “nessa perspectiva, todo comportamento torna-se identitário: as maneiras de comer, de fazer amor, de dormir, de dirigir um carro” (p. 23), cada neurose, cada particularidade remete a uma designação identitária em conflito com o outro.

Ao iniciar sua abordagem das identidades de gênero no segundo capítulo pelo “tornar-se mulher” de Simone de Beauvoir, Roudinesco baseia-se na psicanálise de Sigmund Freud para marcar como construções humanas tanto a identidade sexual psíquica e social quanto a organização anatômica da diferença dos sexos. Longe de tais perspectivas, a construção conceitual do gênero, de destacada importância na luta por emancipação das mulheres, foi transformada em seu contrário, uma regressão normalizadora, da imposição de obscuros neologismos a releituras morais da natureza, da literatura e de obras de arte.

Roudinesco sustenta que há um banimento do sexo em prol do gênero, onde a sexualidade passou a ser vista como referência ao binarismo “homem x mulher” e a dominação masculina o que, para ela, não é o caso. Assim é que, a partir da metade do século XX, com a possibilidade de traduzir desejos em transformações anatômicas, somadas as alterações na psiquiatria clássica (a exclusão de patologias dá lugar a noções de transtorno, disforias e mais uma série de doenças imaginárias, processo que a autora também associa à evolução das derivas identitárias), o transexual passa a ser transgênero, em oposição ao cisgênero, os homossexuais passam a ser gays ou lésbicas, bissexuais, intersexuados, assexuados, entre outros, passam a formar a sigla LGBTQIA+, como “uma comunidade de pequenas comunidades, cada qual reivindicando o fim de todas as discriminações baseada na diferença dos sexos” (p. 37).

Se é possível ser ao mesmo tempo homem e mulher, por podermos escolher livremente ser “genericado”, fora de qualquer referência biológica e de maneira arbitrária, então é possível fazer desaparecer a própria ideia de escolha, expondo o corpo sob todas as suas formas, como se a ausência de referência à anatomia tivesse de ser contrabalançada por uma exibição estética que apaga a diferença sexual ao mesmo tempo que a reivindica. (p.46-47)

O terceiro capítulo é dedicado as derivas identitárias de raça e Roudinesco o inicia com Lévi-Strauss: a raça não existe. Diferentes pigmentações de pele não

34 Criação & Crítica

influenciam, portanto, nas reais diferenças entre os seres humanos que são as diferenças culturais. Não existem estágios evolutivos entre grupos ditos primitivos e civilizados e a classificação autorreferente de um grupo como inferior ao outro seria um universal observado entre os seres humanos. Antes, porém, da exclusão da raça como categoria científica (Lévi-Strauss escreve “Raça e História” em 1952) resgata o período a partir de meados do século XIX e o vínculo profundo que os movimentos anticolonialistas franceses estabeleciam entre antissemitismo, racismo e colonialismo.

É curioso notar como o racismo, hoje, é majoritariamente compreendido como um problema dos negros. O conceito de negritude foi criado por Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor e para ambos, segundo expõe a autora, não remetia a uma designação identitária ou de raça pura, antes “o emprego da palavra nègre (negro) em vez de noir (preto) – era uma forma de inverter os estigmas, enobrecendo um termo oriundo do discurso racista” (p. 84). A complexidade do conceito situa-se, portanto, nas distinções culturais. Afirma que para Senghor, “a negritude definia-se de um modo positivo” (p. 84), como conjunto de valores dos povos da África, das minorias negras da Ásia, Europa, Oceania e América, que partilhavam um universalismo cultural, sendo dele a frase “A emoção é helênica, assim como a razão é helênica” (p. 85).

Já Césaire “via a negritude como um ato de negação, e não de afirmação” (p. 85), uma rejeição de imagens do negro fabricadas pela colonização, uma manifestação da dor e revolta de “todos os povos vítimas de segregação em razão da cor de sua pele, fossem eles descendentes do tráfico negreiro ou herdeiros negros dos impérios coloniais” (p. 85). Longe de uma perspectiva ontológica, a negritude engloba também os mestiços e está especialmente relacionada a língua do colonizador, herança humana universal a que os “negros literários” (p. 86) tem acesso. “A negritude tem, portanto, uma dimensão memorial: ela está ligada a um relato das origens” (p. 86), comenta a autora.

Roudinesco narra como os criadores do conceito de negritude compartilharam a luta contra o racismo, o colonialismo e o antissemitismo com diversos intelectuais brancos anticolonialistas no século XX, em especial Jean-Paul Sartre, prefaciador de “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon. A respeito de Fanon, a autora destaca a presença de um novo humanismo em sua obra, um humanismo universal que incluía o colonizado. O negro que quer ser branco, descrito em “Pele negra, máscaras brancas”, é um colonizado que tem ódio de si, e que “só poderia se emancipar de sua alienação através de uma revolta que o levasse a alcançar uma consciência de si, única forma de escapar de toda designação identitária baseada na raça” (p. 94).

Seja como for, o que unia todos esses combatentes da decolonização – Césaire, Senghor, Fanon e muitos outros mais – era uma mesma referência à França de 1789 e à Resistência antinazista. Todos tinham

34 Criação & Crítica

a preocupação de apoiar-se nos artifícios do antirracismo e do anticolonialismo franceses, sem excluir os brancos de seus combates. Nenhum deles se colocava em cena como muitos “identitários” instalados numa “raça” ou numa “etnia”, nenhum pensava que o racismo era uma questão exclusiva dos negros, nem o antissemitismo uma questão exclusiva dos judeus. Nesse sentido, eles tinham consciência de que o racismo é um fenômeno tão universal quanto à aspiração à liberdade. (p. 103).

Nesse ponto, notamos como o conceito de negritude e os escritos de Fanon têm sido recuperados por alguns movimentos negros e mais recentemente por novas vertentes teóricas pós-coloniais e decoloniais no Brasil (FAUSTINO, 2005) justamente para afirmar uma perspectiva ontológica e até mesmo biológica de raça enquanto identidade. Chega-se ao “colorismo” ou “pigmentocracia”, que vai da investigação sobre a relação entre o tom de pele de uma pessoa e a obtenção de privilégios (MEDRADO MIZEL; CASTRO; DITTRICH, 2021) à identificação de algumas pessoas como mais ou menos negras, negros retintos, negros de pele clara, cada um com seu “lugar de fala”.

No quarto capítulo, Roudinesco trata das “pós-colonialidades” como uma junção entre o pós-estruturalismo de Jacques Derrida (e outros), a pós-colonialidade, os estudos de gênero, a teoria queer e todas as lutas travadas por minorias identitárias contra “uma ordem ancestral dita ‘patriarcal’ ou ‘ocidentalocentrada’” (p. 126). Desses movimentos, separa inicialmente os postcolonial studies emergentes nas grandes universidades norte-americanas a partir dos anos de 1980 e 1990, com a chegada a essas universidades de estudantes vindos de países como a Índia e o Paquistão, que passam a enfrentar as construções acadêmicas ocidentais ao mesmo tempo em que são formados por elas. Esses estudos pós-coloniais, diferentes daqueles estudos pós-coloniais clássicos que marcaram o fim do período colonial revelando suas dinâmicas, propunham a desconstrução dos resquícios da ideologia colonialista dos Estados antes colonizadores, impondo-lhes “uma nova representação das subjetividades daqueles que eles consideravam ainda e sempre ‘colonizados’” (p. 129).

Para além do mundo anglófono, destaca a corrente decolonial, oriunda do mundo latino-americano. Aqui a própria modernidade é tida como ocidental, sendo necessário “desfazer a centralidade do Ocidente sob todas as suas formas” (p. 129), combatendo o “epistemicídio” de um saber ocidental que só reconhece a si mesmo ou a “mistificação” (p. 129) do Cogito cartesiano, recebido como o Eu de um “‘homem branco’ colonialista” (p. 129). Trata ainda dos estudos críticos da raça, dos estudos da branquitude, do “hibridismo” de Homi Bhabha (p. 160), do “homonacionalismo” de Jasbir Puar (p. 166), e dos subaltern studies que ganharam notoriedade com a publicação do livro “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Chakravorty Spivak, tradutora para o inglês da “Gramatologia” de Derrida. Para Roudinesco, a abordagem subalternista atualiza uma tendência historiográfica presente em historiadores como

34 Criação & Crítica

Carlo Ginsburg e Michel Foucault, que visa narrar histórias não contadas, esquecidas, com parte também daquelas contadas. No entanto, para os subalternistas, essa outra história somente pode ser revelada por suas vítimas emudecidas, que reabilitam uma história subterrânea construindo uma identidade que não é nem a do colonizador, nem a de seus companheiros colonizados, uma interioridade difícil de visualizar.

Após ler essas derivas, às vezes cômicas, eu subscreveria a ideia de que todas essas teorias (hibridismo, subalternismo, descentramento, pós-colonialidades etc.) não faziam mais que renovar as velhas teses da etnologia colonial, com suas categorias imutáveis, sua psicologia do povos, suas oposições binárias entre bárbaros e civilizados, salvo que os subalternos ou híbridos são agora erigidos em reis de um reino identitário, enviando seus antigos carrascos para as lixeiras da história: um modo de negar ao pensamento dito 'ocidental' e a seus atores qualquer participação na luta anticolonial. Mais uma vez os infelizes oprimidos, mudos, fetichizados, petrificados num papel que não é o seu, tornam-se cobaias de uma teorização que os despoja de seu desejo de emancipação. (p. 165-166)

A autora acrescenta ainda ao catálogo de estudos pós-coloniais o surgimento de designações identitárias religiosas, em especial o islamismo político em ascensão na Europa, declinação identitária do Islã, que consiste num modo de ser binário: islâmico ou não islâmico. Como um dos exemplos, cita a perseguição sofrida pelo escritor britânico de origem indiana Salman Rushdie, que recebeu uma fatwa (pronunciamento legal do Islã) e foi ameaçado de morte em razão de seu romance "Versos satânicos", publicado em 1988. Atualmente, Rushdie encontra-se em recuperação de um grave atentado sofrido em 12 de agosto deste ano, quando participava de um festival literário em Nova Iorque e foi vítima de diversas facadas no pescoço e no torso.

No Brasil, o surgimento de uma identidade evangélica ganha relevância no cenário político e nos debates em torno da identidade religiosa, onde a luta por representação política para fazer face aos católicos transforma-se progressivamente em uma disputa pela hegemonia cultural na sociedade brasileira (MACHADO, 2021). A defesa de um modelo idealizado de família e seus valores, a luta contra as identidades de gênero e a demonização de determinados partidos políticos foram pautas importantes nas eleições federais de 2018 e ainda mostram sua força no processo eleitoral deste ano.

No quinto capítulo, Roudinesco narra como teorias de gênero e pós-coloniais elaboradas em âmbito acadêmico passam a habitar progressivamente o debate político, midiático e virtual, gerando grande polarização política, disputas de memória e ideias como as de cultura do cancelamento e apropriação cultural. A noção de interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw nos Estados Unidos para

34 Criação & Crítica

designar os diferentes tipos de opressão a que estão submetidas as mulheres negras, passa a ser utilizada para reunir diferentes grupos de identidades subalternizadas. É assim que buscam construir uma “pós-colonialidade generificada” (p. 170), reunindo as derivas de gênero e raça ao colonialismo, compreendendo que “a masculinidade e a branquitude estavam nos fundamentos das formações imperiais” (p. 170).

Segundo a autora, o novo vocabulário adotado por tais grupos, que denomina como um “falar obscuro” uma espécie de “jargão profético” (p. 148) em empréstimo de Michel de Montaigne, além de passar a designar uma multiplicidade de novas identidades, vai se utilizar de classificações da psiquiatria, em especial da palavra “fobia” para substituir aquilo que antes poderia ser tido simplesmente por “antissemitismo, racismo, sexismo, rejeição à alteridade” (p. 171), mas que hoje encontramos sob a forma de homofobia, transfobia, lesbofobia, nanofobia, gordofobia, entre tantos outros. Levadas ao cenário político e midiático francês a partir de 2005, os estudos pós-coloniais e de gênero são batizados como *théorie du genre* e tornam-se alvo de partidários da extrema-direita à esquerda identitária. Como parte do problema, disputas da história propagam-se em projetos de “lei memorial” (p. 178), numa busca por arrependimento, por reparação pelo irreparável, por vingança.

Mas como identificar os culpados quando um empreendimento criminoso se estende durante séculos? Devemos condenar os descendentes dos colonizadores? Sou culpada pelos crimes cometidos na metade do século XIX, na Terra do Fogo, por meu ancestral distante Julius Popper, judeu romeno responsável pelo massacre dos indígenas selk’nam? É preciso erradicar os traços do passado degradando estátuas, prédios, obras de arte que foram erguidos pelos colonialistas ou pertenceram a eles? É preciso censurar livros, peças de teatro e filmes ou proibi-los, quiçá reinterpretá-los em função de uma vulgata identitária recém-construída: generificada, não generificada, queer, decolonial, racizada? E quem vai decidir o quê? O que vai resolver destruir o quê? O Estado, os sujeitos que sofrem, as multidões em fúria? Quem vai denunciar quem? (p. 180)

Roudinesco não pretende estabelecer uma simetria entre identitarismos de esquerda e direita, como esclarece em seu sexto e último capítulo. Se os primeiros são mais graves intelectualmente, os segundos são mais perigosos politicamente, ainda que se alimentem mutuamente em uma lógica de “identidade contra identidade” (p. 216). As esquerdas identitárias, que “se perderam de tanto cultivar a certeza de que encarnam o ideal do bem soberano” (p. 217), apresentam boas intenções de defesa dos mais fracos, das minorias oprimidas, da natureza, dos animais, mas perdem-se progressivamente em derivas, em um “narcisismo das pequenas diferenças” (p. 216), numa crítica que reforça radicalmente o que pretende combater.

34 Criação & Crítica

Quanto aos identitários de direita, que segundo a autora “não se tornaram identitaristas depois de uma lenta deriva” (p. 218) posto que não mudam nunca, é um projeto de segregação neofascista, neoimperialista e conspiracionista que está em curso em defesa de “referências abaladas pelo tempo, como Família, Exército, Nação, Igreja, República – sempre com maiúsculas” (p. 221), retirando seu discurso do terror da alteridade, do medo de ser substituído. Essa inversão do avanço da civilização gera lunáticos por todo o mundo, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil - este último não é citado no livro, mas Roudinesco o menciona como exemplo de um identitário de extrema-direita a ser combatido, em uma entrevista de apresentação da obra concedida na França no ano passado (LIBRARIE MOLLAT, 2021).

A partir de sua publicação no Brasil, o livro de Roudinesco tem recebido críticas que a identificam como expoente de um “identitarismo branco e europeu” (FERREIRA, 2022; SAFATLE, 2022) em “negação do nosso Eu suburbano, periférico, inevitavelmente atravessado pelas questões de classe, de raça e de gênero” (MARTINS, 2022). Convergindo em alguns aspectos e divergindo em muitos outros, podemos afirmar que as “derivadas identitárias” se articulam aqui de maneira diferente dos ideais iluministas franceses, sendo socialmente positivas quando considerados, por exemplo, os avanços trazidos pela Lei de Cotas ou quando utilizamos marcadores identitários para formular políticas públicas específicas para as pessoas trans, que vivem no país que mais as mata no mundo. Mas é preciso concordar com a autora quando as pequenas diferenças passam a ser tomadas como essência, quando movimentos defendem a existência de uma “raça negra” no sentido biologizante do termo, quando por fim chegamos à censura prévia de obras literárias porque escritas por “machos brancos colonialistas”, tudo em limitação a nós mesmos. O vasto panorama crítico traçado por Roudinesco é um exemplo de que nossas diferenças podem produzir mais encontros que violência.

REFERÊNCIAS

FAUSTINO, Deivison Mendes. Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 260 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7123?show=full>> Acesso em 18 set. 2022.

FERREIRA, Pedro Donizete. Roudinesco, ao chamar os outros de identitários, expressa posições do identitarismo branco. Folha de São Paulo, 26 de março de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/03/roudinesco-ao-chamar-os-outros-de-identitarios-expressa-posicoes-do-identitarismo-branco.shtml>> Acesso em 20 set. 2022.

34 Criação & Crítica

LIBRARIE MOLLAT. Elisabeth Roudinesco – Soi-même comme un roi: essai sur les dérives identitaires. Youtube, 02 de abril de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/xh5HH4Ed3ol>> Acesso em 20 set. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A identidade evangélica em disputa. Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 83-89, jan/jul. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/116167>> Acesso em 19 set. 2022.

MARTINS, Ana Carolina B. Leão. O Eu Suburbano (ou com o perdão de Fanon). Lacuna: uma revista de psicanálise, São Paulo, n. -13, p. 11, 2022. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2022/08/10/n-13-11/>>. Acesso em 21 set. 2022.

MEDRADO MIZAEEL, Táhcita; CASTRO, Marina Souto Lopes Bezerra de; DITTRICH, Alexandre. Uma interpretação analítico-comportamental do colorismo e de suas implicações clínicas. Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento, Coyoacán, v. 29, n. 4, p. 65-81, dez. 2021. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/80314/70796>> Acesso em 18 set. 2022.

SAFATLE, Vladimir. Como um psicanalista não deve falar de identidade. Valor Econômico, 02 de julho de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2022/07/02/vladimir-safatle-como-um-psicanalista-nao-deve-falar-de-identidade.ghtml>> Acesso em 20 set. 2022.

Recebido em: 23/09/2022

Aceito em: 15/12/2022